

O ARQUIVO COMO PATRIMÔNIO MORAL: CURADORIA HEREDITÁRIA E A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO FAMILIAR PESSÔA (1890-1962)

THE ARCHIVE AS MORAL HERITAGE: HEREDITARY CURATORSHIP AND THE INVENTION OF THE PESSÔA FAMILY TRADITION (1890-1962)

IORDAN QUEIROZ GOMES¹

Resumo

Este artigo analisa como o Arquivo Epitácio Pessoa (AEP) - custodiado pelo IHGB desde 1962 -, foi determinante para a construção de tese sobre o prestígio e a teatralização do poder da parentela Pessoa (Gomes, 2018). A investigação problematiza o arquivo como resultado de uma curadoria hereditária - processo de gerenciamento da memória realizado pelos parentes do ex-presidente que transformou o acervo em um dispositivo de institucionalização do prestígio e sobrevivência política.

Palavras-chave: Arquivo Epitácio Pessoa; prestígio; encenações; curadoria hereditária.

Abstract

This article analyzes how the Epitácio Pessoa Archive (AEP) – safeguarded by the IHGB since 1962 – was decisive for the construction of a doctoral thesis concerning the prestige and the theatricalization of power within the Pessoa kindred (GOMES, 2018). The investigation problematizes the archive as the product of a hereditary curatorship: a memory management process carried out by the former president's relatives, which transformed the collection into a device for the institutionalization of prestige and political survival.

Keywords: Epitácio Pessoa Archive; Prestige; Enactments; Hereditary curatorship.

¹ Doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor de Teoria e Filosofia da História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: iordan.gomes@unir.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5395-6010>.

[...] de minha reputação póstuma cuidarão vocês e meus netos. E, mais tarde, os netos de meus netos, se até eles chegar o conhecimento do que fui e do que fiz. O julgamento da história, em todo caso, cabe aos historiadores. Espero ter tempo e disposição para fornecer a estes um pequeno subsidio, a justificativa de muitos atos e decisões do meu governo, pelo menos dos mais controvertidos. Além disso, os historiadores terão acesso a meu arquivo, que pretendo organizar melhor, doravante, com a tua ajuda, Tonho, como meu secretário.

Epitácio Pessoa (1922).

1. A hipótese

Em 27 de agosto de 1890, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa lançou às páginas do jornal *Estado da Parahyba* o manifesto “Ao Eleitorado Paraibano”, onde afirmava: “Aspiro a honra de ser deputado por êste Estado ao futuro Congresso Nacional. Não tenho títulos de família nem de vida política que me recomendem [...] não tenho laços que tolham o livre exercício de minha atividade em prol dos interesses da minha Pátria.” Pautada no “talento superior” e “caráter adamantino”, essa autorepresentação harmonizava-se com o *Manifesto: os candidatos da Paraíba ao Congresso Nacional*, escrito pelo próprio Epitácio dias antes e publicado no mesmo jornal. No documento, a chapa governista foi representada sob o signo do “patriotismo” e da “encendrada dedicação à causa pública”, identificando os pleiteantes como legítimos amigos do governo, dotados de valores dignos de consolidar a República. (PESSÔA, 1965, p. 76-84). Inventariados no AEP – especificamente na Pasta n. 10 e reproduzidos no Vol. I das *Obras Completas* –, esses manifestos são índices de como as instituições, os indivíduos e os grupos políticos da nascente república (re)definiam suas posições mediante a teatralização e encenação do poder. Ao performar o desprendimento das linhagens oligárquicas, Epitácio Pessoa estreava a tessitura pública de um personagem político, cerzada pelo mérito pessoal e intelectual, um rito de passagem necessário para vestir os novos trajes republicanos (GOMES, 2018).

Linda Lewin (1995) sublinhou que os papéis de Epitácio Pessoa (AEP) são dos mais significativos para o estudo do Brasil Republicano devido à sua integridade e organização meticulosa, iniciada pela própria família, materializada no índice do arquivo assinado por seu sobrinho, Antônio da Silva Pessoa (LEWIN, 1996). Ao pesquisar o acervo na década de 1970, a brasilianista levantou a hipótese de que a República operava fundamentalmente através da “política de parentela” (*kindred politics*), vinculando a trajetória de Epitácio a uma vasta rede

de relações que envolvia os Neiva, os Lucena e os Pessôa. Ao “reabrir” o arquivo (KETELAAR, 2018) entre 2017 e 2018, em cotejo com o Arquivo do Coronel Antônio Pessôa (ACAP) e o Arquivo João Pessôa (AJP) – ambos custodiados no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP, 1955) – propus expandir essa leitura: em paralelo à vida material e à parentela, a criação e a defesa do prestígio – como capital simbólico (BOURDIEU, 1989) – fundamentou a eficácia do poderio da família Pessôa (1890-1930). A hipótese central é que os Pessôa “inventaram uma tradição” (HOBSBAWM, 1984) familiar e política como estratégia de manutenção e sobrevivência, que atravessou a trajetória individual e grupal de seus membros. Tal perspectiva apoia-se na convicção de que a Primeira República apresenta uma insuficiência de estudos, perguntas a serem respondidas e revisões de teses consolidadas, exigindo uma releitura de acontecimentos, indivíduos, grupos e instituições a partir de diferentes indícios e matizes teórico-metodológicas. (VISCARDI, 2012; GOMES, 2008; ALONSO, 2002).

2. A documentação primária

A hipótese se comprovou no AEP sob diversos ângulos, tendo o índice organizado por Antônio Pessôa a partir de 1922 como guia fundamental.² A imagem de Eptácio Pessôa como um “predestinado” ao saber jurídico, por exemplo, alicerça-se no Livro 2 do arquivo, o qual reúne registros das suas primeiras intervenções no Ingá-PB (1883) e em Bom Jardim-PE (1884). Neste último caso, o acervo preserva um recorte de jornal sem identificação (Livro 2, Folha 21) que noticia a absolvição unânime de réus em um polêmico caso de homicídio, destacando a “fácil palavra” do então acadêmico Eptácio Pessôa. Este fragmento operou como a “prova real” que ancorou as narrativas biográficas subsequentes, as quais avultaram o personagem e o episódio com simbolismos dramáticos (DIAS FERNANDES, 1919; GABAGLIA, 1951; PARDELLAS, 2018). Mediante mecanismos de repetição e associação de imagens – o “menino prodígio”, o “tribuno eloquente” –, essas narrativas “enquadraram a memória” (POLLAK, 1989) profissional de Eptácio criando um “discurso mítico”

²As referências aos documentos do AEP citadas neste artigo seguem a codificação do tratamento arquivístico que a documentação recebeu no passado e no inventário redigido por Antônio Pessôa Filho (1962). Entre 2019 e 2021, o IHGB realizou um novo tratamento conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), resultando no Inventário Analítico do Acervo Presidencial Eptácio Pessôa (2021).

(GIRARDET, 1987; BALANDIER, 1982), desenhado para fascinar a imaginação coletiva e garantir a eficácia do poder político da família.

Ao assumir seu lugar na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro (1890-1893), Eptácio Pessoa transpôs a “fácil palavra” de Bom Jardim para a escala nacional. No AEP, essa fase é ricamente documentada no Volume II (Discursos Parlamentares, Câmara dos Deputados), na pasta n. 10 e nas volumosas pastas de recortes de jornais. Destacam-se, entre outros registros, litogravuras da *Revista Ilustrada* (Edições 647 e 661, livro 2, folhas 2 a 7), que representam o parlamentar ao centro da tribuna – imagens que o próprio Eptácio reforçava ao enviar cópias de seus discursos para serem publicadas em panfletos e jornais na Paraíba, como o *Estado da Parahyba*. Dessa época, três aspectos da atividade política sobressaem nos papéis do acervo: a defesa dos “Estados pequenos” sob o signo da “justiça federativa”; a defesa do deodorismo constitucional e o embate político com Floriano Peixoto. Em ambos os casos, o AEP guardou os registros dos discursos de defesa e a sua proposta para surgimento de uma estátua a Deodoro, além das críticas à “ilegalidade” de Floriano (discurso de 8 de janeiro de 1892), indícios que revelam Eptácio Pessoa gerindo a memória do “grande soldado” para confrontar o “Marechal de Ferro” e sua política de “desorganização dos Estados”. (PESSÔA, 1955).

3. A curadoria hereditária

O encerramento do ciclo parlamentar em 1893 abriu caminho para a atuação de Eptácio no Ministério da Justiça (1898-1901) e no STF (1902-1912), fase que gerou um volume monumental de registros técnicos – pouco estudados –, distribuídos entre as Pastas 16 a 43 do AEP, posteriormente consolidados nos (Volumes III a V e VIII a XIII das *Obras Completas*). O aspecto mais revelador dessa transição reside, contudo, no índice onomástico de A a Z, também organizado por Antônio Pessoa Filho. Esse inventário de nomes funciona como um mapa da circulação de Eptácio entre a elite política republicana, evidenciando uma rede que ultrapassa as funções técnicas. Prova disso é a Pasta nº 10 do arquivo, cujas cartas e telegramas revelam que, mesmo no STF, a atividade política de Eptácio Pessoa nunca cessou. Ao cruzar o AEP com a documentação do ACAP, por exemplo, os registros revelam as estratégias da família para ocupar lugar no cenário político paraibano – processo acentuado pelo vácuo de poder deixado pela morte de Álvaro Lopes Machado em 1912. O destaque é a

comunicação com seu irmão e “maior amigo na vida” (Gabaglia, 1951), o Cel. Antônio da Silva Pessoa (“Toinho”, como Eptácio o chamava na intimidade). Embora a pasta nº 11 (“Parahyba: luta política”), documente a ascensão política da dupla entre 1912 e 1915, surge aqui um dos enigmas arquivísticos revelador do processo de constituição do arquivo: enquanto as cartas enviadas por Eptácio foram preservadas no ACAP, as de Antônio Pessoa estão quase inteiramente ausentes no AEP. Neste ponto, a pesquisa revelou uma hipótese paralela.

Os hiatos do AEP não são fortuitos. Resultam de um processo de cura e triagem – operado por uma “metodologia doméstica” – iniciado durante o período da presidência da República (1919-1922) e intensificado após 1930, como exemplifica a seleção de documentos sensíveis, como no exemplo da Caixa etiquetada Eptácio Pessoa Anexa – CEPA – e o cuidadoso filtro aplicado a documentação referente aos Pessoa de Queiroz. (LEWIN, 1995). Tal exame permitiu levantar hipótese do gerenciamento do legado como um dispositivo de memória estratégico que fundamentou a “curadoria hereditária” do acervo (GOMES, 2026), realizada por parentes – Antônio Pessoa Filho, Laurita Raja Gabaglia Pessoa e Carlos Alberto Pardellas. Essa gestão operou o enquadramento entre a vida vivida e a vida institucionalizada como legado (HEYMANN, 2011), dando corpo ao “patrimônio [material e] moral da família”, custodiado pelo IHGB. (Gabaglia Pessoa, 1962). De um lado, o trabalho de cura realizado pelos Pessoa institucionalizou o AEP enquanto materializou a tradição familiar, convertendo a curadoria em um dos mecanismos centrais de sua própria constituição.

4. Considerações finais

A imersão no Arquivo Eptácio Pessoa, custodiado pelo IHGB, permitiu desvelar aspectos significativos da encenação do poder dos grupos oligárquicos na Primeira República, percebendo como a família articulou estratégias de criação, defesa e manutenção do prestígio que acabaram por inventar uma tradição política. Além disso, a análise do arquivo demonstrou que a organização documental feita inicialmente pela família foi uma etapa fundamental da própria performance política da parentela durante o período estudado (1890-1962). O exame dos indícios – desde a seletividade dos recortes de jornal no Livro 2 até o isolamento estratégico de documentos sensíveis – confirma que o arquivo operou como um dispositivo de memória planejado. Através da curadoria hereditária executada por seus



descendentes e biógrafos, o legado de Epitácio foi depurado de ruídos biográficos e ambiguidades, consolidando-se como um patrimônio moral. Em última análise, esse gerenciamento meticuloso funcionou como uma estratégia de sobrevivência política frente à desestruturação dos grupos oligárquicos após 1930. Ao perderem o controle sobre os mecanismos diretos do Estado, os Pessôa retiraram-se para o domínio do papel, garantindo a institucionalização do prestígio familiar.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BALANDIER, Georg. **O poder em cena**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DIAS FERNANDES, Carlos. **Políticos do Norte: Epitácio Pessoa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. **A “Nova” velha República: um pouco de história e historiografia**. 2008.
- GOMES, Iordan Queiroz. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações políticas e práticas oligárquicas**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). 2018.
- GOMES, I. Q. As caixas etiquetadas de Epitácio Pessoa: a “curadoria hereditária” na edificação da memória e do legado pessoal/familiar (1890-1962). **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1–29, 2026. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2671>. Acesso em: 6 jul. 2026.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos de memória. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 1-18, jan./jun. 2011.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). **Inventário do Arquivo Epitácio Pessoa**. Rio de Janeiro: IHGB, 2022.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LEWIN, Linda. **The Papers of Epitácio Pessoa: An Archival Note and a Personal Comment (I)**. Luso-Brazilian Review, Madison, v. 32, n. 1, p. 69-82, summer 1995.
- LEWIN, Linda. **The Papers of Epitácio Pessoa: An Archival Note and a Personal Comment (II)**. Luso-Brazilian Review, Madison, v. 33, n. 1, p. 1-20, summer 1996.
- KEETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.
- PESSÔA, Epitácio. **Discursos Parlamentares (1890-1893)**. Vol. I. Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. XX. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1955.
- PESSÔA, Epitácio. **Primeiros Tempos (1884-1909). Obras completas de Epitácio Pessoa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.
- PARDELLAS, Carlos Alberto Pessoa. **Epitácio Pessoa: na Europa e no Brasil**. Brasília: FUNG, 2018.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos. Memória 3. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.
- VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.